



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ**

Realização:



COPESE
COORDENADORIA PERMANENTE DE SELEÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CADERNO DE QUESTÕES

**PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS – EDITAL 01/2012
CURSO: DIREITO**

DATA: 21/10/2012

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

**LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O
CADERNO DE QUESTÕES**

- ✎ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de resposta cada. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ✎ O candidato não poderá entregar o caderno de questões antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ✎ O candidato somente poderá levar o caderno de questões após o transcurso de **duas horas** do início da prova.
- ✎ Não serão permitidas consultas a qualquer tipo de material e nem comunicação com outras pessoas, bem como o uso de celulares e outros eletrônicos.
- ✎ As respostas devem ser transcritas para o **cartão-resposta**, que será o único documento válido para correção.
- ✎ O preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato.
- ✎ As respostas que contenham rasuras ou que indiquem mais de uma alternativa serão consideradas incorretas.
- ✎ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Em relação aos direitos humanos é INCORRETO afirmar:
- (A) Encontram expressão nos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.
 - (B) Decorrem de acordos, convenções e tratados internacionais.
 - (C) Dependem de expressa previsão no texto constitucional para a sua aplicabilidade.
 - (D) Foram influenciados pelo iluminismo e pela Revolução Francesa.
02. Considerando os métodos de interpretação constitucional amplamente abordados pela doutrina, é CORRETO afirmar que o método normativo-estruturante é o que
- (A) considera o texto constitucional como um texto legal, sendo a sua interpretação idêntica ao de qualquer texto de lei.
 - (B) parte da análise de um problema concreto para a identificação da norma, atribuindo à interpretação um caráter prático.
 - (C) não se fixa no sentido literal da norma, mas parte da realidade social e dos valores subjacentes do texto da constituição.
 - (D) considera que o texto normativo deve ser analisado à luz da concretização da norma em sua realidade social.
03. “Limitação material prevista de forma expressa pela constituição que não pode ser suscetível de supressão total ou parcial, não podendo sequer ser objeto de deliberação pelo Congresso Nacional”. Essa é a definição de
- (A) bloco de constitucionalidade.
 - (B) poder constituinte originário.
 - (C) cláusula pétrea.
 - (D) princípio da força normativa da Constituição.
04. São objeto de competência material comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- (A) Assegurar a defesa nacional, organizar e manter os serviços oficiais de estatísticas, instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano.
 - (B) Cuidar da saúde, zelar pela guarda da Constituição, combater as causas da pobreza, fomentar a produção agropecuária.
 - (C) Organizar e prestar serviço de transporte coletivo, criar, organizar e suprimir distritos.
 - (D) Manter programa de acesso ao ensino superior, participar de organizações internacionais, decretar estado de defesa.
05. Em relação aos direitos e garantias fundamentais, analise os itens abaixo.
- I. Historicidade: são resultado de um processo de afirmação histórica.
 - II. Universalidade: destinam-se a todos os seres humanos.
 - III. Imutabilidade: não estão sujeitos a mutações, ampliações, surgindo prontos para a sua implantação e defesa.
 - IV. Proibição do retrocesso: após o seu reconhecimento não podem ser restringidos ou abolidos.

É CORRETO afirmar que são características dos direitos e garantias fundamentais:

- (A) As assertivas I, II e IV.
- (B) As assertivas II e III.
- (C) As assertivas I, II e III.
- (D) Todas as assertivas apresentadas.

06. Sobre os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal é CORRETO afirmar que:

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato; ficando assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.
- (B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; ficando assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de violação à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas.
- (C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou por determinação judicial, a qualquer hora.
- (D) É inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal ou de improbidade administrativa.

07. Sobre o Poder Judiciário e a Magistratura Nacional é INCORRETO dizer que:

- (A) O ingresso na carreira de juiz de 1ª instância, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, dá-se mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.
- (B) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
- (C) São garantias constitucionais dos juízes a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade da remuneração. A vitaliciedade consiste na garantia de que o juiz não poderá perder o cargo, salvo nos casos de aposentadoria voluntária ou compulsória aos 70 anos de idade; a inamovibilidade assegura que o juiz não poderá ser removido compulsoriamente para outra localidade em qualquer hipótese.
- (D) Aos juízes é vedado exercer outro cargo ou função, salvo uma de magistério, e dedicar-se à atividade político-partidária.

08. Acerca dos órgãos do Poder Judiciário é CORRETO afirmar que:

- (A) São órgãos do Poder Judiciário, dentre outros: O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais, os Juízes Federais e o Ministério Público Federal.
- (B) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais dos Estados será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
- (C) O Supremo Tribunal Federal é composto de 11 (onze) Ministros indicados livremente pelo Presidente da República, dentre juristas de qualquer idade e de reputação ilibada, e nomeados depois da aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (D) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução; competindo-lhe o controle da atuação administrativa e financeira do

Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, podendo, inclusive, rever e anular decisões judiciais proferidas sem a devida fundamentação ou em desconformidade com a jurisprudência do STF.

09. No que pertine ao sistema de controle de constitucionalidade adotado no Brasil, é INCORRETO dizer que:

- (A) O sistema judicial brasileiro admite dois tipos de controle de constitucionalidade: o controle concentrado ou abstrato, que gera efeitos *erga omnes* (contra todos) e vinculante; e o controle difuso ou concentrado, que gera efeito vinculante apenas para as partes do processo judicial.
- (B) O controle concentrado de normas em face da Constituição Federal é exercido privativamente pelo Supremo Tribunal Federal, por meio da ação direta de inconstitucionalidade, ação direta de constitucionalidade e da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (C) Não cabe controle concentrado de constitucionalidade de Emenda Constitucional, uma vez que as normas por ela veiculadas possuem *status* de normas constitucionais.
- (D) O controle difuso de constitucionalidade é exercido por todos os órgãos do Poder Judiciário com função jurisdicional, inclusive os juízes de primeiro grau, sendo que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

10. Sobre os instrumentos jurídicos de controle concentrado de constitucionalidade, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Compete ao STF processar e julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) de lei ou ato normativo federal ou estadual, sendo partes legitimadas para a sua propositura, dentre outros, nos termos da Constituição, o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, o Governador de Estado e do Distrito Federal e o Procurador da República.
- (B) A Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) possui natureza dúplice, de forma que, uma vez julgada improcedente, a norma que foi objeto da ação é declarada inconstitucional, com efeito vinculante e eficácia contra todos.
- (C) Em sede de ADIN e de ADC, o STF, excepcionalmente, poderá, por maioria de 2/3 de seus membros, restringir os efeitos da decisão, conceder eficácia *ex nunc* à decisão ou fixar outro momento para o início da eficácia de sua decisão.
- (D) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) pode ser proposta por qualquer cidadão, perante o STF, desde que demonstre interesse jurídico no reconhecimento da inconstitucionalidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Dentre os vários princípios que orientam a atuação Administrativa há, além daqueles previstos de forma expressa pela Constituição Federal, outros, trazidos por textos legais que regulam a atividade administrativa do Estado ou mesmo que lhe são implícitos, decorrendo de uma interpretação sistêmica do ordenamento jurídico.

Entre esses princípios implícitos, podemos relacionar:

- (A) Princípio da redundância
- (B) Princípio da intranscendibilidade das condutas benéficas
- (C) Princípio da publicidade implícita
- (D) Princípio da supremacia do interesse público

12. Entre os vários princípios que orientam o processo administrativo, aquele que especificamente assegura o direito da parte ser comunicada dos atos do processo, bem como lhe confere a oportunidade de nele intervir, é o princípio

- (A) da impessoalidade.
- (B) da oficialidade.
- (C) do contraditório.
- (D) da finalidade.

13. Analise a seguinte situação hipotética:

Você, na qualidade de agente público, toma conhecimento de que um de seus subordinados vem oferecendo, deliberadamente, serviços de facilitação na tramitação de pedidos administrativos mediante a cobrança de propina.

Nesse contexto você deve:

- (A) Oficiar a representação judicial do ente público para que providencie a reparação do dano patrimonial que deu causa.
- (B) Oficiar o ministério público para que apure a ocorrência de eventual crime.
- (C) Dar início a processo administrativo disciplinar para a aplicação das sanções funcionais cabíveis.
- (D) Adotar todas as opções acima.

14. Em relação ao regime previdenciário do servidor público, assinale a opção CORRETA.

- (A) Tem caráter contributivo, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos, bem como dos pensionistas.
- (B) Consiste em um regime especial de previdência que se aplica também aos empregados públicos, aos contratados temporários e aos ocupantes de cargos em comissão.
- (C) É incompatível com a aposentadoria voluntária, só se aplicando a regra da aposentadoria por tempo de serviço, com observância necessária do fator previdenciário.
- (D) Observa a regra da aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade.

15. A ação civil pública consiste em ação constitucional que tem por fim:

- (A) Representar contra qualquer ação do poder público, de forma a assegurar o direito individual por ela preterido.
- (B) Reprimir ou impedir danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de caráter difuso, coletivo ou individual homogêneo.
- (C) Veicular pretensão pública contra particulares que causam prejuízo ao Erário, desde que a parte autora tenha a condição de eleitor.
- (D) Reconhecer a responsabilidade civil de pessoa física quando causa dano ao Poder Público.

16. Analise a seguinte situação hipotética:

Uma determinada pessoa assumiu um cargo em comissão no interior do Piauí, como condição para tal, foi estabelecida a necessidade de assinar atas de processos licitatórios que sabia fraudulentas, em decorrência dessas houve a contratação de empresas de fachada que não prestaram o serviço e causaram grave prejuízo para o Poder Público. Agravando toda a situação, o ocupante do cargo comissionado recebeu “comissões dos empresários” referentes a cada ato fraudulento que praticou.

Diante desse contexto, considerando a Lei de Improbidade Administrativa, pode-se afirmar que a conduta dessa pessoa enseja as seguintes penalidades:

- (A) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- (B) Ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- (C) Ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
- (D) Dada a gravidade da conduta, aplica-se tão somente a pena de reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa, pelo crime de corrupção passiva, estabelecidas pelo art. 317 do Código Penal.

17. Em relação ao controle dos atos administrativos, julgue os itens abaixo.

- I. O controle administrativo tem por fundamento o poder de autotutela da Administração, sendo exemplos o controle hierárquico e a supervisão ministerial.
- II. A administração pública pode, mediante exercício do seu poder regulamentar, disciplinar, complementar e alterar as leis cuja aplicação lhe seja atribuída.
- III. Não existe hierarquia entre os membros que compõem os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, no exercício de suas respectivas funções.
- IV. Com o advento da coisa julgada administrativa, o ato administrativo não pode ser objeto de controle judicial.

São CORRETOS os itens

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III.

18. Em relação às Sociedades de Economia Mista e às Empresas públicas, é INCORRETO afirmar:

- (A) Têm personalidade de direito privado.
- (B) Devem observar o princípio do concurso público.
- (C) Para a sua instituição dependem de lei autorizadora.
- (D) Suas demandas são sempre de competência da Justiça Federal.

19. Assinale a opção que melhor define a responsabilidade civil do Estado estabelecida pela Constituição Federal de 1988.

- (A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, independentemente da comprovação de dolo ou culpa.
- (B) Todas as pessoas jurídicas responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, independentemente da comprovação de dolo ou culpa.
- (C) Os entes públicos responderão pelos danos que seus agentes, quando atuarem como seus representantes, causarem a terceiros, desde que comprovado o dolo ou a culpa.
- (D) Os entes públicos não responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, ainda que agindo como seu representante, sendo cabível ação de regresso quando comprovado o dolo ou a culpa.

20. Em relação ao mandado de segurança, julgue os itens abaixo.

- I. Só pessoas físicas podem lançar mão dessa ação constitucional.
- II. É cabível não só quando configurada lesão, mas também quando houver apenas ameaça de lesão a direito líquido e certo.
- III. Tem prioridade sobre todos os demais processos, à exceção do *habeas corpus*.
- IV. Deve ser impetrado no prazo de 120 dias, contados da data do conhecimento do ato impugnado.

- (A) I, II e III estão corretos.
- (B) II, III e IV estão corretos.
- (C) I, III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

DIREITO CIVIL

21. Assinale a opção INCORRETA.

- (A) Personalidade, em uma de suas acepções, consiste no atributo jurídico conferido ao ser humano e a outros entes (pessoas jurídicas), em virtude do qual se tornam capazes, podendo ser titulares de direitos e deveres nas relações jurídicas.
- (B) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. Quanto às pessoas jurídicas de direito privado, sua existência legal começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- (C) Capacidade é um atributo inerente à personalidade, subdividindo-se em capacidade de direito (potencial inerente a toda pessoa para o exercício de atos da vida civil) e capacidade de fato (poder efetivo que nos capacita para a prática plena de atos da vida civil).

(D) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de dezesseis anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; e os pródigos.

22. No que pertine aos negócios jurídicos, marque a opção INCORRETA.

- (A) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, e forma prescrita ou não defesa em lei. A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- (B) No plano da eficácia do negócio jurídico, considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto. Pode ser suspensiva ou resolutiva do negócio jurídico. Já o termo consiste na cláusula que subordina o negócio jurídico a evento futuro e certo, podendo ser inicial ou final. O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
- (C) Os defeitos do negócio jurídico são causas de anulação do ato jurídico; nos termos do Código Civil, consistem defeitos do negócio jurídico o erro ou ignorância, o dolo, a coação, o estado de perigo, a lesão e a fraude contra credores. Ocorre o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (D) São causa de nulidade do negócio jurídico a celebração por pessoa absolutamente incapaz, ilicitude ou impossibilidade do objeto, ilicitude do motivo (quando comum a ambas as partes), preterição de alguma solenidade que a lei considere essencial.

23. Quanto aos contratos, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Quando da formação do contrato, a proposta deixa de ser obrigatória se, feita sem prazo à pessoa presente, não foi aceita imediatamente.
- (B) A observância da boa-fé é aplicável na conclusão do contrato e na sua execução.
- (C) A função social do contrato e o princípio da boa-fé objetiva não constituem limitadores da liberdade de contratar, quando presentes na relação jurídica, como partes, pessoas capazes agindo no exercício de sua atividade profissional.
- (D) Com base na teoria da imprevisão, o juiz pode conceder quantas revisões contratuais forem necessárias, desde que presentes os pressupostos de admissibilidade do princípio, tais como a onerosidade excessiva para uma das partes e a superveniência de fatos extraordinários e imprevisíveis.

24. Sobre propriedade e usucapião, NÃO é correto dizer que

- (A) são formas de aquisição da propriedade imóvel: a usucapião, a transmissão hereditária, a acessão e o registro.
- (B) a propriedade do solo não abrange a do espaço aéreo e a do subsolo correspondente.
- (C) são requisitos para a aquisição da propriedade imóvel por usucapião: posse prolongada no tempo, posse com intenção de proprietário, posse mansa e pacífica, e posse contínua.
- (D) a propriedade das coisas móveis não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição.

25. Pode-se afirmar sobre a responsabilidade civil e a obrigação de indenizar, com EXCEÇÃO de:
- (A) A responsabilidade civil extracontratual é afastada em caso de estado de necessidade, pois o autor do dano não responde pelos prejuízos causados.
 - (B) Em sede de responsabilidade civil por ato ilícito, o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
 - (C) Quanto à responsabilidade pela reparação do dano causado por ato ilícito, a condenação no juízo criminal torna certa a obrigação de reparar o dano, não sendo possível discutir, no juízo cível, sobre a existência do fato ou sua autoria quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
 - (D) Relativamente à responsabilidade civil por atos jurisdicionais, o juiz responde civilmente pelos danos causados, no exercício de suas funções jurisdicionais, quando agir com dolo ou fraude; o Estado responde nas hipóteses de condenação por erro judiciário ou de prisão além do tempo fixado na sentença.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26. Firmino e Wellington, maiores de idade e capazes, não tendo entrado em acordo quanto ao pagamento de dívida que o segundo contraíra com o primeiro, concluíram que seria necessária a intervenção de terceiro, capaz de propor solução para o problema. Levaram, então, o caso ao conhecimento de Heráclito, professor emérito da faculdade onde Firmino e Wellington estudavam, que propôs que apenas dois terços da dívida fossem pagos no prazo de trinta dias, o que foi aceito pelos interessados. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção CORRETA.
- (A) Ao aceitarem a solução intermediária, os interessados realizaram autocomposição.
 - (B) Dada a ocorrência de solução por intervenção de terceiro, fica caracterizada a arbitragem.
 - (C) A figura do terceiro que conduz os interessados à solução do problema independentemente de intervenção judiciária indica a ocorrência de mediação.
 - (D) Como a solução proposta se fundamenta na regra jurídica aplicável e tem executividade própria, trata-se de verdadeira jurisdição.
27. Dispõe a Constituição da República de 1988, art.109, III, que compete aos juízes federais processar e julgar as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional. A natureza desta competência é:
- (A) *Ratione loci*.
 - (B) *Ratione materiae*.
 - (C) *Ratione personae*.
 - (D) Competência funcional.
28. A respeito da disciplina da competência no Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) o foro do domicílio do credor é competente para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.
 - (B) a competência é determinada no momento em que ocorre a citação válida do réu.
 - (C) a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro da situação da coisa.
 - (D) compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.

29. NÃO constitui hipótese de extinção do processo, com resolução de mérito:
- (A) O acolhimento de alegação de coisa julgada.
 - (B) A transação entre autor e réu.
 - (C) A manifestação judicial sobre a prescrição.
 - (D) O reconhecimento do pedido do autor.
30. Quanto ao procedimento comum sumário, é CORRETO afirmar que
- (A) não poderá ser convertido em ordinário quando houver necessidade de prova técnica de maior complexidade.
 - (B) será observado nas causas, qualquer que seja o valor, de arrendamento rural e de parceria agrícola.
 - (C) não admite pedido contraposto, devendo o réu valer-se da reconvenção quando quiser formular pedido a seu favor fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.
 - (D) é incabível nas causas, qualquer que seja o valor, em que for ré a Fazenda Pública.
31. Sobre os juizados especiais federais cíveis, assinale a opção CORRETA.
- (A) Não se incluem entre as competências dos juizados especiais federais as causas que tenham por objeto a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.
 - (B) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, ressalvada a prerrogativa de contagem em dobro dos prazos recursais conferida à Defensoria Pública da União.
 - (C) Somente será admitido recurso contra sentença definitiva.
 - (D) O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pode ingressar, em juizado especial federal cível, com ação de cobrança em face de alguém que obteve irregularmente a concessão de benefício previdenciário na esfera administrativa, desde que o valor da causa não exceda 60 (sessenta) salários mínimos.
32. Conforme entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça – STJ, é órgão competente para julgar conflito de competência estabelecido entre Juízo federal e Juizado especial federal vinculados à mesma Seção Judiciária:
- (A) Superior Tribunal de Justiça
 - (B) Tribunal Regional Federal ao qual ambos os juízos estejam vinculados
 - (C) Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais
 - (D) Diretor do Foro da Seção Judiciária.
33. Na ação em que o terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta, a intervenção do alienante no processo se far-se-á por meio do instituto denominado
- (A) chamamento ao processo.
 - (B) nomeação à autoria.
 - (C) oposição.
 - (D) denunciação da lide.

DIREITO PENAL

34. Sobre a aplicação da lei penal, assinale a opção CORRETA.

- I. Em razão do caráter fragmentário do Direito Penal, este deverá ser preferencialmente observado para a solução de conflitos, devendo abranger a tutela do maior número de bens jurídicos possível.
- II. O Código Penal, quanto ao tempo do crime, acolheu a teoria do resultado, segundo a qual considera-se praticado o crime no momento do resultado.
- III. Em relação ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade, só aplicável, no entanto, às infrações penais consumadas.
- IV. A lei penal nova mais benéfica retroage para abarcar também os fatos ocorridos antes de sua vigência, devendo aplicar-se inclusive aos processos com decisão já transitada em julgado, cabendo ao juízo da execução a sua aplicação.

- (A) Apenas a assertiva I está correta.
- (B) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- (D) Apenas a assertiva IV está correta.

35. Acerca da imputabilidade penal, assinale a opção CORRETA.

- I. O Código Penal adotou o critério biopsicológico para a aferição da imputabilidade do agente.
- II. A emoção e a paixão, de acordo com o Código Penal, não servem para excluir a imputabilidade penal nem para aumentar ou diminuir a pena aplicada.
- III. A embriaguez preordenada não exclui a culpabilidade do agente, mas pode reduzir a sua pena de um a dois terços.

- (A) Apenas a assertiva I está correta.
- (B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (D) Todas as assertivas estão corretas.

36. Considere as assertivas abaixo sobre o concurso de pessoas.

- I. Segundo a teoria monista ou unitária, adotada como regra pelo Código Penal brasileiro, todos os coautores e partícipes devem responder por um único crime.
- II. O ajuste prévio, embora possa estar presente, é desnecessário à caracterização do concurso de pessoas, sendo suficiente o liame subjetivo (ciência da colaboração), além dos demais requisitos.
- III. O concurso de agentes pode verificar-se após a consumação do delito.

Assinale a opção CORRETA.

- (A) Apenas a assertiva I está correta.
- (B) Apenas a assertiva II está correta.
- (C) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (D) Todas as assertivas estão corretas.

37. Assinale a opção CORRETA.

- I. As penas admitidas no sistema penal brasileiro são: privativas de liberdade, restritivas de direitos e multa.
 - II. As penas privativas de liberdade podem ser de reclusão ou detenção. A pena de detenção não comporta o regime fechado.
 - III. As penas restritivas de direito são: prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana.
 - IV. Chama-se de detração penal o cômputo, na pena privativa de liberdade, do tempo de prisão provisória a que a pessoa ficou submetida durante a investigação ou o trâmite da ação penal.
- (A) Apenas a assertiva I está correta.
(B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
(C) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
(D) Todas as assertivas estão corretas.

38. Sobre a extinção da punibilidade, assinale a opção CORRETA.

- (A) A superveniência de lei, após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, que não mais considera o fato como criminoso não pode ser aplicada como causa de extinção da punibilidade.
(B) A prescrição, antes de transitada em julgado a sentença penal, é regulada pelo mínimo da pena cominada ao crime.
(C) A prescrição, depois da sentença penal condenatória com trânsito em julgado para a acusação, regula-se pela pena aplicada.
(D) A prescrição da pena de multa ocorre em dois anos, em qualquer caso.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

39. No sistema processual penal acusatório, adotado no Brasil, podem-se apontar os seguintes elementos:

- (A) Processo judicial sigiloso, inquisitivo e sistema de provas tarifado.
(B) Processo judicial público e juizado de instrução.
(C) Processo judicial público, preferência para o órgão acusador e sistema de provas do livre convencimento.
(D) Separação entre as funções de acusar, julgar e defender.

40. Sobre a norma processual penal, marque a opção INCORRETA.

- (A) No Brasil, no que toca à eficácia da lei processual no espaço, adotou-se o princípio da territorialidade, o que significa que ao crime cometido em território nacional será aplicada a lei processual penal brasileira.
(B) Em regra, a lei processual penal propriamente dita retroage para beneficiar o acusado, acarretando a modificação dos atos já praticados.
(C) Em regra, a lei processual penal não retroage, preservando-se, portanto, os atos já praticados na vigência da lei anterior.
(D) Apenas se a norma processual for dotada de natureza mista ou híbrida, isto é, possuir natureza processual e material ao mesmo tempo, é que deverá retroagir para beneficiar o réu.

41. Marque a opção CORRETA.

- (A) O Delegado de Polícia pode arquivar o inquérito policial.
- (B) Nos termos do CPP, o inquérito policial deve ser concluído no prazo de 10 dias, se o réu estiver preso, não cabendo pedido de prorrogação. Caso não seja observado esse prazo, o réu deverá ser imediatamente posto em liberdade.
- (C) Não havendo previsão expressa, considera-se o crime como de ação penal pública incondicionada, sob a titularidade do Ministério Público.
- (D) O Ministério Público pode desistir da ação penal se verificar, no decorrer da instrução processual, a inocência do acusado ou a insuficiência de provas.

42. Analise as seguintes assertivas que tratam sobre a competência penal da Justiça Federal e marque a opção CORRETA.

- I. Compete aos juízes federais processar e julgar as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais. Consequentemente, compete à Justiça Federal o julgamento de crimes contra a Caixa Econômica Federal e os Correios, que possuem natureza jurídica de empresa pública federal.
 - II. Compete à Justiça Federal o julgamento do crime de tráfico ilícito internacional de entorpecentes, não cabendo à lei delegar essa competência para a Justiça Estadual nas comarcas onde não exista Vara Federal.
 - III. Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União.
 - IV. Compete ao Tribunal de Justiça Estadual, e não ao Tribunal Regional Federal correspondente, processar e julgar, originariamente, Prefeito de Município localizado na área de sua jurisdição, por desvio de verbas públicas federais, haja vista que o Prefeito possui foro por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal.
- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - (B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - (C) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - (D) Todas as assertivas estão corretas.

43. Assinale a opção CORRETA.

- (A) Compete ao Juizado Especial Federal o julgamento de crimes de menor potencial ofensivo, considerando-se esses, nos termos da lei, aqueles cuja pena máxima cominada não seja superior a dois anos. Havendo conexão ou continência com crimes de competência do juízo comum ou do Tribunal do Júri, deverá haver o desmembramento do processo, de forma a ensejar a aplicação dos institutos da Lei dos Juizados Especiais.
- (B) Não cabe o Tribunal do Júri no âmbito da Justiça Federal, nos crimes dolosos contra a vida, haja vista que aquele Tribunal integra a Justiça Comum Estadual e possui previsão constitucional.
- (C) No procedimento penal comum, oferecida a denúncia pelo Ministério Público, cabe ao Juiz receber ou rejeitar liminarmente a peça acusatória; recebida a denúncia, será o réu citado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias; apresentada a resposta, o juiz deverá analisar se é caso de absolvição sumária; não o sendo, seguirá a instrução processual, com a designação de audiência para a inquirição das testemunhas de acusação e de defesa e, por último, o interrogatório do acusado, nessa ordem, sob pena de nulidade processual.

- (D) A sentença penal cuja nulidade foi reconhecida em sede de apelação não produz nenhum efeito, devendo ser prolatada nova sentença, independentemente de quem haja recorrido.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

44. A Constituição Federal brasileira atribui ao Poder Público a organização da Seguridade Social com base em objetivos que a doutrina entende como verdadeiros princípios. NÃO faz parte desses objetivos ou princípios a
- (A) universalidade da cobertura e do atendimento.
 - (B) equidade na forma de participação no custeio.
 - (C) irredutibilidade do valor dos benefícios.
 - (D) unicidade da base de financiamento.
45. Em relação à saúde e à assistência social, está previsto na Constituição Federal brasileira que
- (A) a assistência social será prestada a quem dela necessitar, mantendo relação direta com a contribuição à seguridade social.
 - (B) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.
 - (C) as instituições privadas não poderão participar, ainda que de forma complementar, do sistema único de saúde.
 - (D) as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do tesouro nacional, sendo vedada a destinação de recursos do orçamento da seguridade social para tais fins.
46. Nos termos da Lei no 8.213/1991, NÃO é beneficiário do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado:
- (A) O enteado menor, quando que não comprovada a dependência econômica do segurado.
 - (B) O seu irmão inválido de 30 anos.
 - (C) O seu irmão não emancipado menor de 21 anos.
 - (D) O companheiro que mantém união estável.
47. Quanto aos dependentes, são consideradas prestações previdenciárias compreendidas pelo Regime Geral de Previdência Social:
- (A) Auxílio-reclusão e aposentadoria por tempo de contribuição.
 - (B) Aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.
 - (C) Auxílio-reclusão e pensão por morte.
 - (D) Pensão por morte e aposentadoria especial.
48. Independem de carência os benefícios previdenciários abaixo, EXCETO:
- (A) Pensão por morte.
 - (B) Auxílio-reclusão.
 - (C) Aposentadoria por idade.
 - (D) Auxílio-acidente.

49. De acordo com a Lei n.8.213/91, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou ordem religiosa, são segurados obrigatórios da Previdência Social na seguinte condição:
- (A) Empregado.
 - (B) Contribuinte individual.
 - (C) Trabalhador avulso.
 - (D) Segurado especial.
50. No que se refere aos litígios previdenciários nos juizados especiais federais e às aposentadorias, assinale a opção correta.
- (A) O tempo de serviço anterior à edição da Lei n.º 8.213/1991 pode ser considerado para a concessão de benefício previdenciário do RGPS ao segurado trabalhador rural, inclusive para efeito de carência, ainda que não tenha havido, naquele tempo, recolhimento de contribuição previdenciária.
 - (B) Para fins de aposentadoria por idade, é necessário que o trabalhador rural comprove atividade rural contínua, no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou judicial, por período equivalente à metade do prazo de carência legalmente exigido aos demais trabalhadores.
 - (C) O salário de benefício da aposentadoria por invalidez será igual a 150% do valor do salário de benefício do auxílio-doença anteriormente recebido, reajustado pelos índices de correção dos benefícios previdenciários.
 - (D) É juridicamente aceitável a acumulação de pensão por morte com aposentadoria por invalidez, pois esses benefícios têm naturezas distintas e fatos geradores diferentes.